



DECLARACAO DE IMPRENSA

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS CONDENA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA GÂMBIA E APELA A DESLOCALIZACAO DAS CELEBRACOES DO ANO AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS DA UA E SEDE DA COMISSAO AFRICANA

20 de Abril de 2016

Contexto

Nos últimos dias, que viram apelos da oposição para a reforma eleitoral e democrática na Gâmbia, levar a força desproporcional e repressão deliberada por parte do Estado. Desde que o presidente Jammeh derrubaram sentado Presidente Jawara, por meio de um golpe de Estado em 1994, ele colocou em prática mecanismos para consolidar seu poder e fechar o espaço democrático.

Em março, foi relatado que o governo pretende introduzir uma Lei na próxima sessão parlamentar, provavelmente será em abril, que irá estender o prazo da Comissão Eleitoral Presidencial e toda a sua equipe a partir de um limite de dois anos que já espirou já expirou.

A Lei propõe uma alteração ao artigo 42 da Constituição, que prevê actualmente "um novo mandato" e, se aprovado, seria ver os membros da Comissão Eleitoral de elegível para servir' mais mandatos. 'Juristas sugerem que isso pode ascender a indefinido termos, como não há limites de prazo são estipulados ou a que alude a Lei. As eleições presidenciais estão previstas para dia 1 de dezembro de 2016 e Presidente Jammeh, que está no poder há 21 anos, indicou sua intenção de concorrer para um quinto mandato.

Sua candidatura foi aprovada em uma reunião de sua Aliança para a Reorientação Patriótica e Construção do partido em fevereiro de 2016.

Os eventos específicos de Abril entre os dias 14 a 16 desenrolou da seguinte forma:

- Na quinta-feira 14 de abril de 2016, a juventude gambiana e ativistas realizaram uma manifestação para pressionar por reformas eleitorais antes das eleições presidenciais do dia 1 de dezembro de 2016.
- De acordo com pessoas presentes no protesto, as manifestações foram pacíficas. Os protestos foram dispersados pela polícia e pessoal de segurança, que se diz ter aberto fogo

contra a multidão. A polícia prendeu 25 manifestantes, incluindo vários líderes do Partido Democrático Unido oposição (UDP). Entre os presos estava UDP Secretário Nacional de Organização Solo Sandeng.

- Segundo relatos, no sábado dia 16 de abril de 2016 Solo Sandeng morreu enquanto sob custódia do Estado. Outro membro UDP, Fatoumata Jawara, também preso na quinta-feira, ainda está sendo detido e se acredita estar sofrendo de ferimentos graves. Nokoi Njie, também detidos, está a ser dito em coma.

Após a notícia da morte de Sandeng, apoiantes da oposição e ativistas se reuniram novamente no sábado dia 16 de abril de 2016 para pedir a libertação daqueles sob custódia. O líder da oposição UDP Ousainou Darboe, foi preso juntamente com outros adeptos, todos os quais estão atualmente ainda detidos. Darboe é da maioria mandinga grupo étnico da Gâmbia, que ao longo dos anos tem sofrido dificuldades políticas, com muitos dos seus dirigentes políticos, quer ser preso ou forçados ao exílio.

O governo tem defendido as prisões. Sheriff Bojan, o ministro das Comunicações, diz que a permissão da Polícia para as manifestações não tinham sido obtidas e que os manifestantes demonstraram em desafio à Lei de Ordem Pública. Seção 25 da Constituição da Gâmbia garante o direito de protestar pacífico.

De acordo com um comunicado divulgado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, no domingo de dia 17 de abril de 2016, dois outros membros do UDP são suspeitos de terem morrido enquanto sob custódia da polícia na sequência das manifestações.

Uma série de organizações internacionais pediram a libertação imediata dos detidos e para investigar a alegada brutalidade policial e mortes dos manifestantes. Em um comunicado de imprensa emitido pelo ministro gambiano da Informação, o governo não nega nem condenar as detenções e mortes ilegais reportados. A declaração meramente identificou a importância da "soberania do Estado" e afirmou que espera que a comunidade internacional a "abster-se de interferir nos assuntos internos internos do país" e que o interesse nacional é uma preocupação primordial para o governo da Gâmbia.

A Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1987 decidiu que o Secretariado da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africano) deve basear-se em Banjul, Gâmbia. Ele foi localizado em Banjul desde então. No momento esta decisão foi tomada, a escolha de Banjul fez muito sentido. Grande parte da elaboração da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana) teve lugar em Banjul, na medida em que a Carta Africana é muitas vezes referida como a "Carta de Banjul". Na verdade, a Gâmbia foi um dos poucos estados em África, que na época tinha qualquer pretensão de credenciais democráticas. O Chefe de Estado na época, Presidente Jawara, apoiou fortemente o processo de elaboração da Carta, e ajudou na superação de dificuldades políticas que surgiram no processo de elaboração.

A Comissão Africana, da Universidade da Gâmbia e do Centro de Direitos Humanos fizeram uma parceria para organizar o Concurso Africano Sobre Direitos Humanos na Gambia entre os dias 16 a 21 de Outubro de 2016. A União Africana declarou 2016 o Ano Africano dos Direitos Humanos e vai comemorar o 30º aniversário da entrada em vigor da Carta Africana. Nesta ocasião, os três organismos de direitos humanos da União Africana - a Comissão Africana, Tribunal Africano e do Comitê da Criança Africana - planeou organizar a sessões simultâneas, com a Competicao como denominador comum a este grande encontro de direitos humanos.

Ao longo dos últimos 25 anos, a Competicao treinou uma geração de advogados para contestar as violações dos direitos humanos em África e promover a ideia de uma África com base no desenvolvimento, paz e direitos humanos. Esperava-se que a competição geraria o mesmo debate e

discussão sobre queima de questões de direitos humanos em África, incluindo aqueles para os quais a Gâmbia se tornou conhecido. Os acontecimentos recentes, mais uma vez, confirmou total desrespeito da Gâmbia pelos direitos humanos e exposto a impunidade de liderança do país.

Neste contexto, o Centro portanto, faz a seguinte declaração:

Expressamos nosso alarme e tristeza com os eventos relatados, em particular a morte em detenção de políticos da oposição e a detenção de manifestantes pacíficos, em violação dos seus direitos à vida, julgamento justo, de associação e liberdade de expressão, garantida pela Constituição gambiana e tratados internacionais de direitos humanos dos quais a Gâmbia faz parte.

Exortamos o governo da Gâmbia para investigar todos esses incidentes, levar à justiça e punir os responsáveis; levantamento da detenção as pessoas envolvidas no protesto pacífico; e fornecer assistência médica adequada aos feridos nos protestos e na detenção.

Rejeitamos o recurso do governo gambiano, em resposta a estes relatórios, com base no princípio de "soberania do Estado e não ingerência nos seus assuntos internos" para negar as suas obrigações, assumidas por iniciativa própria, sob os tratados de direitos humanos de que é tornou-se um partido, incluindo a Carta Africana e no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Lamentamos profundamente o silêncio do governo sobre as alegações, e sua aparente tentativa de justificar suas ações como sendo "de interesse nacional".

Apelamos à Comissão Africana, uma vez que se reúne em Banjul, Gâmbia, por sua Sessão Ordinária 58, para expressar sua profunda preocupação com a morte relatada na detenção de políticos da oposição e a detenção de manifestantes pacíficos, e utilizar a sua presença na Gâmbia como base para lançar urgentemente com as autoridades gambianas, com vista a uma investigação independente e rápida sobre as circunstâncias e a libertação dos manifestantes pacíficos.

Apelamos ao governo Sul-Africano para condenar a morte relatada na detenção de líderes da oposição política na Gâmbia, e a detenção de manifestantes pacíficos, e para pedir uma investigação urgente e independente sobre as circunstâncias dessas mortes, e para a libertação de manifestantes pacíficos.

Instamos a União Africana para expressar sua profunda preocupação com a morte relatada na detenção de políticos da oposição, e a detenção de manifestantes pacíficos, e para pedir uma investigação urgente e independente sobre as circunstâncias dessas mortes, e para a libertação de pacífica manifestantes.

Apelamos a Arquitectura de Governação da UA (AGA), e das suas instituições que o compõem, a utilizar todos os meios à sua disposição para se envolver com o governo da Gâmbia para garantir a protecção dos direitos de todas as pessoas e fazer respeitar as normas internacionais comumente aceites de boa governação, democracia e direitos humanos.

Apelamos aos órgãos políticos da UA para incluir em sua agenda para o debate na sua próxima sessão em Kigali, Ruanda, o histórico de direitos humanos da Gâmbia, a considerar a adequação da Gâmbia como sede do principal órgão da UA direitos humanos, a Comissão africana; e convidar outros Estados-Membros dispostos a acolher a Comissão para a África a avançar como os países de acolhimento potenciais para o Secretariado da Comissão.

Apelamos aos órgãos relevantes da UA para mudar os eventos celebração conjunta noutras partes de África, a fim de evitar manchar este singularmente importante encontro com o estigma de aparecer para endossar uma história de algumas das piores violações dos direitos humanos em África contemporânea. Comprometemo-nos a trabalhar com nossos parceiros - a Comissão Africana

e a Universidade da Gâmbia - no esforço de relocalizar o 25 Concurso Africano Sobre Direitos Humanos for a da Gambia.

Para mais informações por favor entre em contato:

Prof. Dr. Frans Viljoen

Director

Centro de Direitos Humanos, Universidade de Pretoria

Tel: +27 (0) 12 420 3228 / 3810

Email: frans.viljoen@up.ac.za